

ENSINO DE SOCIOLOGIA, GESTÃO DEMOCRÁTICA E DIVERSIDADE: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA COMUNICAÇÃO COM O SEGMENTO ESTUDANTE NO PROCESSO ELEITORAL DO COLEGIADO ESCOLAR.

Delor Gerbase Gramacho¹
José Hermógenes Moura da Costa²

RESUMO

Esse artigo propõe uma reflexão sobre como o ensino de sociologia no Ensino Médio pode promover o acesso do segmento estudante ao Colegiado Escolar tendo como objeto o processo de comunicação-divulgação das eleições para o Colegiado Escolar do Colégio da polícia Militar do Lobato. É notável o papel da comunicação na promoção do acesso às instituições de gestão democrática da escola e no estabelecimento de uma comunidade escolar fundamentada na diversidade, pois a natureza da instituição de ensino molda os processos de comunicação interferindo no acesso qualificado de alguns segmentos da comunidade escolar aos lugares de tomada de decisão. O acesso ao colegiado escolar se apresenta como campo fértil aberto para o ensino de sociologia que ao tratar da questão do exercício da cidadania, pode na prática, oferecer a reflexão necessária e promover o real engajamento dos estudantes. A comunicação é um conteúdo do componente sociologia e ferramenta decisiva na constituição da noção da diversidade como valor da gestão democrática da escola. A falta ou precariedade da comunicação durante o processo eleitoral do Colegiado Escolar se mostrou também como agente limitador da gestão democrática, e isso se percebe de forma mais clara e poderá ser evitado, quando tratado pela lente do componente sociologia.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Colegiado Escolar; Diversidade; Comunicação, Gestão Democrática.

INTRODUÇÃO

Reconhecer a Gestão democrática da escola como garantia da diversidade é considerar a diversidade como valor essencial da educação que deve estar presente na gestão com toda sua força. A força da diversidade como motor das atividades da escola se realiza quando é garantida toda a sua representatividade e sua efetiva atuação nas tomadas de decisão. Um espaço garantido por lei para que isso aconteça é o Colegiado Escolar. E um espaço privilegiado para essa discussão da sua importância das formas de acesso ao segmento estudantes é o componente sociologia. Esse artigo propõe uma reflexão sobre o acesso do segmento estudante ao Colegiado Escolar tendo como objeto o a compreensão do processo de

1 Mestrando do PROFSOCIO Universidade do Vale do São Francisco - BA, Pardo, Masculino, Salvador-Ba;

2 Doutor pelo Curso Ciências Sociais Universidade do Vale do São Francisco - BA, Preto, Masculino, Petrolina-PE.

comunicação-divulgação das eleições para o colegiado escolar tendo como local de observação o Colégio da Polícia Militar do Lobato.

Trata-se de uma pesquisa do tipo participante, “que se caracteriza pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas,” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.41) tendo como instrumento a entrevista semiestruturada permitindo que o entrevistado fale fora do roteiro para que se possa observar, juntamente com as referências atuais sobre diversidade, gestão democrática e comunicação, em que medida se o ensino de sociologia fomenta o acesso do segmento estudantes ao colegiado escolar.

O QUE SE ENTENDE AQUI POR DIVERSIDADE

Definir diversidade não é tarefa fácil, principalmente em uma pesquisa inicial, mesmo porque é uma ideia sempre em constante atualização. De acordo com Abramowicz (2012)

O processo denominado de ascensão da diversidade é um dos efeitos das lutas sociais realizadas no âmbito dos movimentos sociais, no entanto, traz à tona também as discussões de distintas perspectivas teóricas que se ocupam dessa temática, de mudanças da matriz de políticas públicas, em como compatibilizar nas políticas públicas as exigências de respeito à diferença reivindicadas por grupos sociais sem restringir-se ao relativismo cultural. (ABRAMOWICZ, 2012, p.96)

Evitar o relativismo é o primeiro cuidado a ser tomado por quem trata de diversidade no contexto escolar, por isso este trabalho entende diversidade, no mesmo pensamento de Seffner (2015), que diz que

os marcadores sociais da diferença, que variam de pessoa para pessoa, de grupo social para grupo social: pertencimento religioso, gênero, orientação sexual, origem territorial, raça e etnia, classe social, arranjos familiares, posição política, valores morais e éticos, projetos de futuro, deficiência e disposição corporal, geração, inserção em diversas culturas juvenis, reconhecimento de diversos ídolos e estilos musicais, etc. (SEFFNER, 2015, p.277)

Assim, nesse trabalho, compreendemos a diversidade como a melhor relação entre as diferenças próprias dos diversos atores sociais, que proporciona o melhor funcionamento das instituições e se constitui como um valor a ser preservado e cultivado. No contexto escolar, essa compreensão se mostra ainda mais contundente, visto que, dentre as instituições sociais, a escola é a que mais se vale da diversidade, muito embora a experiência aponte para o fato de



que esta instituição, em muitos casos não reconheça a diversidade como valor. De acordo com Abramowicz, (2012)

A escola se funda em uma imposição de um saber, de uma racionalidade, de uma estética, de um sujeito epistêmico único, legitimado como hegemônico, como parâmetro único de medida, de conhecimento, de aprendizagem e de formação. A partir destes parâmetros únicos de medida e da avaliação levam a classificar o “outro” como inferior, incivilizado. (ABRAMOWICZ, RODRIGUES, CRUZ, 2012, p.94)

A escola em questão, Colégio da Polícia Militar – Lobato, *locus* dessa pesquisa, pela sua natureza disciplinar e hierarquizada, tende a apresentar muitas dessas características e se colocar numa posição de agente uniformizador, determinando lugares e limitando as possibilidades de ação e comunicação entre os indivíduos, especialmente no que se refere ao acesso aos espaços de fala e decisão.

PERFIL DA ESCOLA E DOS ALUNOS

As crianças logo aprendem a obediência às hierarquias, à autoridade e a todos os dispositivos de assujeitamento que o filósofo francês Michel Foucault incansavelmente descreveu. Segundo ele são as crianças e os prisioneiros que estão submetidos às autorizações. As crianças necessitam de autorização para ir ao banheiro, são tratadas como prisioneiras e os prisioneiros como crianças. (ABRAMOWICZ, RODRIGUES, CRUZ, 2012, p.95)

O início do funcionamento do Colégio da Polícia Militar data 08 agosto de 1997 situada em um edifício cedido pelo SESI na Avenida Península Joanes, sem número, no bairro do Lobato. A escola atende aos Níveis fundamental II e médio. O Público alvo é a comunidade local e filhos de policiais militares da ativa, reserva e forças coirmãs. O modo de ingresso se dá por sorteio em data especial divulgada pela Polícia Militar, e o calendário de atividades também segue modelo especial desenvolvido pelo Instituto de Ensino, órgão da Polícia Militar que desenvolve e controla as ações de ensino vinculadas à PM.

A unidade iniciou-se como anexo do CPM Dendezeiros vindo a tornar-se independente pelo decreto nº 7458 de 22 de dezembro de 1982. A estrutura organizacional, peculiar aos CPMs se constitui de Diretor Militar, Diretor Pedagógico, Diretor Militar Adjunto e Vice Diretor Pedagógico. A parte operacional consta de Secretaria Escolar, Coordenação Pedagógica, 78 Professores, 11 funcionários de apoio SEC e 32 funcionários

militares encarregados das atividades meio e da disciplina. O sistema disciplinar segue as normas da Polícia Militar sendo computados pontos positivos e negativos aos registros do aluno, de acordo com o regimento interno dos CPMs. Uma vez atingindo os níveis insuficiente ou incompatível, o aluno é levado ao conselho disciplinar para ser excluído da unidade.

Há ainda o departamento de educação Física coordenado por um capitão de polícia formado em educação física. A escola também conta com o NDOPs – Núcleo de Orientação Psicossocial, órgão composto por assistentes sociais e psicólogos que realizam acompanhamento de alunos e familiares encaminhados pela coordenação pedagógica ou por solicitação dos mesmos. A estrutura física consta de 22 Salas, quadra esportiva e 01 quadra de terra, 10 Banheiros, refeitório e Biblioteca. Funciona nas dependências da escola a associação dos idosos do Lobato que sempre participa dos eventos de confraternização da escola e conta com a cooperação dos funcionários, da gestão e dos alunos.

A escola organiza o seu tempo de aula em três unidades letivas com 6 tempos de aula por dia, contando com recuperação paralela em cada unidade letiva conservando-se a nota maior. As avaliações são divididas em prova escrita, avaliações diversas e ponto qualitativo, perfazendo o total de 10 pontos por unidade letiva e sendo 6,0 pontos, o mínimo exigido para a aprovação. A matriz curricular consta dos componentes da BNCC, demais componentes de aprofundamento e pesquisa e da disciplina Projeto de vida.

O perfil dos alunos, na ocasião da pesquisa, se constitui de 548 alunos do gênero masculino e 580 alunas do gênero feminino somando um total de 1.128 alunos em dois turnos. Não há distorção idade série, aproximadamente 45 % dos alunos utilizam transporte particular e 18 % dos alunos residem na região metropolitana de Salvador. Em sua maioria, os alunos provêm de famílias pobres com renda per capita abaixo de dois salários mínimos, não têm lugar para estudos reservado em suas casas e conseqüentemente não desenvolve uma rotina de estudos, fazendo apenas revisões nas vésperas de cada atividade avaliativa. O tempo médio de permanência na escola é de 7 anos, uma vez que a maioria dos alunos ingressam na unidade ainda no Ensino Fundamental e permanecem nela até o ano final do Ensino Médio. Em sua maioria, os alunos consomem a cultura popular dos seus ambientes, não tem experiência leitora e utilizam os equipamentos tecnológicos como mero entretenimento.



COMUNICAÇÃO, AÇÃO E DIVERSIDADE

A comunicação constrói um tipo de conhecimento empírico e essencialmente cultural, utilizando a herança que recebemos do nosso grupo social, e que se desenvolve a partir das experiências cotidianas. A comunicação, atualmente abastece a humanidade com uma espécie de conhecimento bruto que posteriormente é lapidado por formas mais sistemáticas e coerentes do conhecimento no âmbito acadêmico a partir do contato, por exemplo, como a sociologia e demais ciências. Ao passo que a sociedade avança em suas relações e no contato com as tecnologias digitais, e as formas de trabalho e comércio se diversificam, a tecnologia segue transformando desde o ambiente até as pessoas, e o sujeito precisa de habilidades que lhe permitam novas maneiras de compreender o mundo a sua volta. Sendo assim, é a própria forma da civilização que impõe à escola aquisição e utilização de meios mais sofisticados de comunicação e cultura, se esta quiser continuar como agente histórico de formação e transformação.

A intervenção reflexiva se dá quando certas respostas e o ritmo com o qual elas se constroem não são mais satisfatórios, e a impossibilidade de criticar e reconstruir a realidade se esvai em concepções hierarquizadas obsoletas. Nos espaços de poder, quando se age fundamentadamente, o produto de tal ação gera uma ideologia que permanece mesmo depois da ação cessada, é essa ideologia que servirá como base de reflexão para outras ações formando assim o conjunto da ação reflexiva que transforma. A possibilidade de sair do lugar comum e adentrar a uma forma de ação e comunicação mais elaborada permite ao sujeito andar em consonância com seu tempo e ser agente eficaz da história, respondendo com mais humanidade o apelo da sua época.

De acordo com o Paro (2006), é fato que as práticas políticas e administrativas na escola pública devem balancear de forma coerente a crítica social do papel da escola, seu engajamento e sua militância com a eficiência administrativa. Assim sendo, sugere que a “Instalação de um estrutura político-administrativa adequada a participação nas tomadas de decisão de todos os setores que aí têm presença, em especial seus usuários.” (PARO, 2006, p.79)

Nessa perspectiva a Eleição de dirigentes escolares, Conselhos escolares formados por todos os segmentos, Grêmios estudantil e Associação de pais, professores e funcionários são mecanismos de pressão política, sem os quais a escola pública só poderá ser o que ela é hoje: “uma mistificação, uma negação do direito da educação.”



8^o ENESEB



SOCIOLOGIA PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Em tempos difíceis de debate e combate da LEI Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Diante da exclusão do inciso IV do Artigo 36 da LDB e do seu inciso III do parágrafo primeiro que garantiam a inclusão de Sociologia como disciplina obrigatória em todas as séries do ensino médio objetivando o domínio dos conhecimentos de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (BRASIL, 1996) Resta ainda a pálida e distante “garantia” de que “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio **incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de sociologia.**”(BRASIL, 2017)³ Esta BNCC, sem vincular explicitamente a nenhum componente curricular preconiza que o ensino médio deve ter em vista

a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, condição para a cidadania e para o aprimoramento do educando como pessoa humana, as **escolas devem se constituir, em espaços que** permitam aos estudantes valorizar: a não violência e o diálogo, **possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou conflitantes**; o respeito à dignidade do outro, favorecendo o convívio entre diferentes; o combate às discriminações e às violações a pessoas ou grupos sociais; **a participação política e social**; e a construção de projetos pessoais e coletivos, baseados na liberdade, na justiça social, na solidariedade e na sustentabilidade. (BRASIL, 2018, p. 41)⁴

As Orientações Curriculares Nacionais, em 2006, consideram que: “a Sociologia pode ocupar um papel importante de interlocução com as outras disciplinas ou com o próprio currículo como um todo, senão com a própria instituição escolar” (BRASÍLIA, 2006, p.111) já apontando para a presença de temas ligados à cidadania e à política nos conteúdos de ensino da Sociologia na esperança de estes temas ganhem um contorno mais objetivo. (BRASÍLIA, 2006, p.111) E continua, ressaltando “o papel que a disciplina desempenharia na formação do aluno e em sua preparação para o exercício da cidadania.” (BRASÍLIA, 2006, p.111) Mais anterior e fundamentalmente ainda, Florestan Fernandes chama atenção de que a presença da sociologia no currículo do ensino médio põe os alunos diante problemas práticos e não apenas diante de "entidades", de "ideias abstratas" ou do "homem em geral". (FERNANDES, 1954, pp.89-106)

E observa que deve-se lançar mão da “contribuição das ciências sociais para a formação de atitudes cívicas e para a constituição de uma consciência política definida em torno da compreensão dos direitos e dos deveres dos cidadãos.” (FERNANDES, 1954, pp.89-106) Ressaltando que: “Em um país diferenciado demográfica, económica, cultural e

³ grifo nosso.

⁴ grifo nosso.

socialmente, um adestramento adequado, vivo e construído através de experiências concretas, sobre as condições materiais e morais de existência, constitui um meio por excelência de socialização.” (FERNANDES, 1954, pp.89-106)

ENSINO DE SOCIOLOGIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

Contra a pressão política e a negação de direitos na vida escolar, se apresenta uma possibilidade de construir uma escola diversa em todas as suas atividades através do acesso de representantes de todos os atores sociais mediante as instituições de gestão democrática, especialmente o Colegiado Escolar. De acordo com as diretrizes da gestão escolar no Estado da Bahia

A gestão participativa propicia a descentralização da tomada de decisão e por isso gera maior aproximação da unidade escolar com a comunidade, propiciando rapidez na superação dos desafios e fazendo com que seja possível o estabelecimento de ações mais criativas e alinhadas às demandas, aumentando a probabilidade de alcance dos resultados pretendidos e de obtenção de um bom desempenho. (BAHIA, [2016], p. 37)

A Secretaria de Educação do Estado da Bahia define o colegiado escolar como:

Um conselho formado pelo gestor, professores, funcionários, estudantes, pais, mães ou responsáveis pelos estudantes, que depois de eleitos em processo público e democrático, se reúnem mensalmente para colaborar com a melhoria da escola. Isto significa que o colegiado pode tomar decisões, aconselhar os gestores, acompanhar e/ou fiscalizar as ações pedagógicas e administrativo-financeiras realizadas e mobilizar principalmente outros estudantes e pais ou responsáveis a se unir para assumir a educação como um bem familiar e social.⁵

Como se pode perceber a principal característica do colegiado escolar é a diversidade e “a presença da Sociologia na escola não se limita à garantia da diversidade curricular – como se chegou a chamar, enriquecimento pedagógico –, senão a uma postura política da comunidade escolar.” (BRASÍLIA, 2006, p.115) Por isso, o componente sociologia, se qualifica para levar o estudante a compreender que o propósito do Colegiado Escolar é fazer com que as decisões tomadas pelos gestores da escola representem o desejo de todos os atores do contexto escolar. As funções e atribuições do colegiado escolar são:

Elaborar, aprovar e/ou tomar decisões relativas às ações pedagógicas e administrativas, incluindo o gerenciamento dos recursos públicos destinados à Unidade Escolar. Assessorar a gestão da Unidade Escolar, opinando sobre as ações pedagógicas, administrativas e

⁵ Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/colegiado-escolar> acesso em: 03 fev 2023

financeiras exercidas pela direção. Realizar diagnóstico, avaliar e fiscalizar o cumprimento das ações desenvolvidas pela Unidade Escolar. Apoiar, promover e estimular a comunidade escolar e local em busca da melhoria da qualidade do ensino e do acesso à escola. (BRASÍLIA, 2006, p.115)

A política estadual de educação considera o colegiado escolar uma instituição de grande importância na articulação das ações escolares para a consecução dos seus objetivos. Portanto, a diversidade faz parte do projeto da escola, sendo a essência da gestão participativa. Como afirma o documento formação de gestores escolares do Estado da Bahia:

Para delimitar como cada ator pode contribuir da melhor maneira e como devem ser as suas respectivas atuações, há a formação de colegiados escolares, grêmios estudantis e associações de pais e mestres, por exemplo, com o intuito de representar cada um dos envolvidos, como funcionários da escola, alunos, responsáveis e professores. (BAHIA, [2016], p. 37)

O colegiado escolar deve acompanhar ações e decisões de interesse da comunidade escolar em especial do componente estudantes, como a execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, do Plano de Gestão e do Regimento Escolar bem como o cumprimento do Calendário Escolar e com a execução e satisfação com o cardápio da alimentação escolar. (BAHIA, [2016], p. 37.)

Garantindo a composição do colegiado e o amplo acesso de todos os atores a gestão escolar garante-se que todas as atividades da escola, bem como sua estrutura e sua relação com a comunidade sejam executadas com vistas ao alcance dos resultados que terão impacto em toda a comunidade. No mesmo espírito dessa ação-reflexão na comunidade escolar, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio do Estado da Bahia consideram que as relações sociais, a diversidade, a prática e as representações sociais, são temas a serem abordados pela área de ciências humanas notadamente, o componente sociologia. (Bahia, 2015, p.48.) Essa reflexão em sala de aula mediada pelo componente sociologia possibilita como desdobramento, o engajamento dos estudantes na vivência política da escola e no interesse pela composição do segmento estudantes fruindo assim dos efeitos positivos desejados:

Os alunos são impactados positivamente pela gestão participativa à medida que aumentam o seu nível de comprometimento, podendo então melhorar o seu desempenho, ter maior motivação com os estudos e um currículo estudantil mais adequado à sua realidade. Além disso, a qualidade de ensino pode se tornar superior e os alunos estarem mais preparados para enfrentar os desafios. (BAHIA, [2016], p. 38)

ENSINO DE SOCIOLOGIA, COMUNICAÇÃO E ACESSO AO COLEGIADO ESCOLAR

Mas como acontece o acesso dos estudantes ao colegiado escolar do Colégio da Polícia Militar do Lobato? O segmento estudantes, como segmento mais numeroso e mais diverso da comunidade escolar, é responsável no processo eleitoral pelo grande movimento e pelo engajamento de toda a escola. Durante a semana de 8 a 12 de julho de 2019 ocorreu o processo eleitoral na unidade escolar que culminou na formação do colegiado escolar para o biênio 2020-202.

No intuito de compreender a relação entre comunicação e o acesso ao colegiado escolar procedeu-se a uma entrevista semiestruturada com 3 membros eleitos do segmento estudantes do colegiado escolar do com lobato data 21 de outubro a 14 de novembro com o objetivo de Investigar a impressão dos atores com relação à “boa comunicação para o engajamento de pessoas” (BAHIA, 2019, p.8)⁶ e seu efeito no processo de composição do Colegiado escolar. Para tanto foram feitas as seguintes perguntas: Qual a sua opinião sobre o processo de divulgação da eleição para Colegiado Escolar? Qual a sua opinião sobre o processo no dia da eleição? Os entrevistados estão identificados por letras e as respostas agrupadas por tema.

A sociologia chama a atenção para o fato de que não é a palavra que age, nem a pessoa, permutável que a pronuncia, mas a instituição. Ela mostra as condições objetivas que devem ser reunidas para que a eficácia de tal ou tal prática social seja exercida. Mas ela não pode parar por aí. Ela não deve esquecer que, para que isso funcione, é preciso que o ator acredite que ele se encontra no princípio da eficácia de sua ação.⁷ (BOURDIEU, 1983, p.25)

Os entrevistados, quando perguntados sobre o processo de divulgação da eleição para Colegiado Escolar responderam que:

Entrevistado A - “Foi muito em cima da hora. Eu acho que os cartazes estavam se confundindo com os outros avisos da escola e foram colocados acho que duas semanas antes e ainda era semana de prova, se o professor xxx não avisasse na minha sala e não avisasse em forma eu não teria sabido. Eu só me candidatei porque na eleição passada eu fiquei de fora e por isso eu perguntava direto sobre o colegiado e o grêmio e *tals* (sic.)”

Entrevistado b - “Eu não soube, só soube em cima da hora, nem pude fazer campanha. Na minha opinião, foi muito confuso. Os colegas ouvem que vai ter eleição para o colegiado e que é importante e tudo, mas ninguém explica mesmo o que é. O aviso é num

6

7BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

papel na parede, a agente olha tudo misturado. Avisou em forma, mas eu não fui no dia, estava impedida aí só soube porque xxx⁸ me disse e me chamou. Achei ruim. Acho que deve ter aula sobre isso.”

Entrevistado c – “Achei confuso e muito perto da eleição. Quando eu ouvi em forma, na parada é que eu soube. Deve divulgar mais fazer um zap ou passar para os alunos um post para eles mesmos divulgarem.”

Pode-se perceber pela fala dos entrevistados que o processo de comunicação-divulgação apresentou falhas em relação ao tempo e aos meios utilizados. No que se refere ao tempo, os entrevistados indicaram que a divulgação tardia quase os impediu de participar do processo. Muitas vezes a falta de tempestividade prejudica o serviço público reduzindo o resultados das ações e impedindo que os serviços cheguem à comunidade. No caso da eleição do colegiado escolar, a falta de tempestividade na divulgação impede o acesso dos estudantes pois prejudica a candidatura daqueles que se interessam em participar do colegiado, bem como impede dos candidatos se fazerem conhecidos pelos seus colegas, se inteirarem das necessidades e das ações da gestão.

O segmento estudantes é o mais prejudicado pela falta de tempestividade na divulgação, pois esse segmento concorre em um universo de votos maior exigindo mais tempo e esforço para se fazerem conhecidos, enquanto os demais segmentos tem melhor poder de articulação. Além do que, no contexto específico da escola em questão, os estudantes ocupam um lugar muito distante da gestão, ficando distantes das informações atualizadas.

Quando perguntados sobre o processo no dia da eleição propriamente dita os entrevistados responderam o seguinte:

Entrevistado a – “Foi confuso. Os estudantes pensavam que podia votar em professor e todos estavam querendo votar no professor xxx. Foi engraçado porque a comissão dizia que “aluno vota em aluno”, mas o pessoal não me conhecia direito e não queria votar em mim. Foi engraçado, mas eu gostei.”

Entrevistado b – “Minha opinião é que foi muito bagunçado, porque eu não estava presente no turno da manhã e não vi a votação. As pessoas me perguntavam em quem eu devo votar e eu dizia “em mim”, mas os alunos da manhã que ficaram para tarde diziam para votar em (xxx)⁹ que é da manhã. E tinha aluno querendo votar em professor e além disso os

8 Omínio pelo autores.

9 Omitido pelos autores.

pequenos que riam votar também. Não tinha ninguém para explicar direito. Eu fui explicando a quem eu podia.”

Entrevistado c – “Foi muito engraçado, aluno queria votar em professor. Um bocado de gente pensava que ia eleger o professor xxx para diretor da escola, porque ele foi quem avisou na parada quando a gente estava em forma. Demorou muito, mas um bocado de gente votou, eu gostei.”

A partir dos relatos dos estudantes entrevistados percebemos que, a comunicação, no processo da eleição se mostrou bastante indefinida, prejudicando-os na sua apresentação como candidatos e principalmente prejudicando os estudantes votantes na escolha dos candidatos.

Na fala: “As pessoas me perguntavam em quem eu devo votar e eu dizia “em mim”, se mostra claramente a influência do processo de comunicação-divulgação mal feito por parte da comissão eleitoral no processo de escolha dos representantes do segmento. O estudante não sabia em quem votar no dia da eleição, não por causa da indecisão, fato normal e esperado, inclusive nas eleições parlamentares, mas por falta de uma comunicação-divulgação truncada e confusa executada sem a antecedência necessária.

Na fala: “aluno queria votar em professor. Um bocado de gente pensava que ia eleger o professor (xxx)¹⁰ para diretor da escola,” percebe-se que não houve explicação ou não houve entendimento correto do processo nem da natureza do colegiado escolar. A própria eleição não foi percebida pelos alunos como uma forma de eles ascenderem aos lugares de decisão da escola, um meio para participar e implementar as transformações que eles desejavam.

Quando comparados as respostas à pergunta 1 com as respostas da pergunta 2, por exemplo “Foi muito em cima da hora. Eu acho que os cartazes estavam se confundindo com os outros avisos da escola e foram colocados acho que duas semanas antes e ainda era semana de prova,” se destaca a forma da comunicação que pode indicar a forma da relação social vigente na escola. “A forma específica que assume a relação social atua seletivamente sobre o que é dito, quando é dito e como é dito. A forma da relação social regula as opções feitas pelos locutores em ambos os níveis, sintático e léxico.” (BERNSTEIN, 1978 p. 91, apud GIRARDI Jr, 2007 p.218) Fica evidente a defasagem na compreensão da diversidade e da eficiência dos meios de comunicação (*como é dito*) por parte da comissão eleitoral e, em

¹⁰ Omitido pelos autores.

alguma medida da gestão escolar, por utilizarem apenas cartazes informativos nos mesmo modelos dos demais cartazes informativos da escola, o que levou á uma confusão de informações.

Muito embora os murais físicos sejam os locais oficiais de informação escolhidos pela gestão escolar, e os alunos já terem conhecimento pleno disso, existem muitas outras formas de comunicação mais acessíveis e preferidas pelos estudantes que poderiam ser utilizadas melhorando a performance da comunicação-divulgação.

Por fim a fala: “Foi muito engraçado” mostra como a dimensão lúdica pode ser explorada na relação com o segmento estudante, envolvendo-o no processo de forma a que ele se identifique prazerosamente com o colegiado escolar e com a possibilidade de estar ou se fazer representar nas instâncias decisórias da escola.

CONSIDERAÇÕES

É notável o papel da comunicação na promoção do acesso às instituições de gestão democrática da escola e por conseguinte no estabelecimento de uma comunidade escolar fundamentada na diversidade. É notável também como a natureza da instituição de ensino molda os processos de comunicação prejudicando o acesso qualificado de alguns segmentos da comunidade escolar aos lugares de tomada de decisão.

Mais perceptível ainda é o campo fértil aberto para o ensino de sociologia que ao tratar da questão do exercício da cidadania pelo acesso a instâncias de poder discutindo os aspectos políticos e sociais envolvidos nesse acesso, pode na prática oferecer a reflexão necessária e promover o real engajamento dos estudantes.

Sendo a comunicação a principal manifestação da relação entre as pessoas, é ela também um conteúdo do componente sociologia e ferramenta decisiva na constituição da noção da diversidade como valor da gestão democrática da escola. A falta ou precariedade da comunicação durante o processo eleitoral do colegiado escolar do Colégio da Polícia Militar do Lobato se mostrou também como agente limitador do acesso e da constituição de um ambiente diverso de gestão democrática, e isso se percebe de forma mais clara e poderá ser evitado, quando tratado pela lente do componente sociologia.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete, RODRIGUES, Tatiane Cosentino, CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. **A diferença e a diversidade na educação**. 2012. *In*. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WskqTPrZgct8k56XHvr8XBz/?lang=pt>. Acesso em: 3 abr 2023.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Orientações curriculares para o ensino médio área: orientações gerais** / Secretaria da Educação. 2015.

BAHIA. **Apostila do Curso de Certificação de Diretores e Vice-diretores escolares da rede estadual da Bahia**. [2016] (89 p)

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. BRASIL.

BRASIL. **LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017**. BRASIL.

BRASÍLIA. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (Orientações curriculares para o ensino médio), v. 3.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

FERNANDES, Florestan. O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira. *In*: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1º**, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1954. página (pp.89-106) Disponível em: <https://www.sbsociologia.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Anais-do-I-Congresso-Brasileiro-de-Sociologia.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Certificação para Diretor e Vice-diretor Escolar: Ajude a transformar a educação no estado da Bahia**. Disponível em www.certificacaodegestores.educacao.ba.gov.br acesso em 21 nov 2019

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. (orgs) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIRARDI Jr, Liráucio. **Pierre Bourdieu: questões de Sociologia e Comunicação**. São Paulo: Editora Annablume, 2007. (p.218) Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=X-PxZgSkEr8C&oi=fnd&pg=PA11&dq=comunica%C3%A7%C3%A3o+sociologia&ots=78eM_ZUSSE&sig=CU1OINR2w4m4UVUM_ze6VIfPWeY#v=onepage&q=comunica%C3%A7%C3%A3o%20sociologia&f=false Acesso em: 5 abr 2023.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.

SEFFNER, Fernando. A escola e a construção de um “modus vivendi” de valorização da diversidade e de respeito aos diferentes modos de ser. *In*. RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. (org.) **Diferença e desigualdade no contexto da educação básica**. Campinas: Mercado das Letras, 2017.

